



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, NA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA.

Às dezenove horas e vinte minutos do dia onze de outubro de dois mil e treze, no Plenário Helvécio Arantes, sob a presidência do vereador Henrique Braga e com a presença dos vereadores Adriano Ventura, Gilson Reis e Jorge Santos, reuniu-se, em caráter extraordinário, a Comissão de Orçamento e Finanças Públicas da Câmara Municipal de Belo Horizonte - CMBH. Havendo quórum, o presidente declarou abertos os trabalhos. Da ORDEM DOS TRABALHOS, constou: I - Audiência Pública com “a finalidade de o Executivo fazer a apresentação do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG, conforme áreas de resultado do Programa BH Metas e Resultados: Cidade Saudável e Cidade de Todos; e de a sociedade ter a oportunidade de debater e de apresentar sugestões de alteração”, nos termos do Requerimento nº 1.741/13, de autoria dos vereadores Henrique Braga, Gilson Reis, Jorge Santos e Adriano Ventura. Foram convidados a tomar assento à mesa: 1) a secretária municipal de Políticas Sociais, Gláucia Brandão; 2) o secretário municipal de Planejamento, Orçamento e Informação, Leonardo Pessoa Paolucci; 3) o secretário municipal adjunto de Orçamento, Thiago Greco; 4) a chefe da divisão de planejamento da Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte - Urbel, Karla Maria Vilas Marques; 5) o secretário municipal adjunto de Esportes, Fernando Blazer; 6) o secretário municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, Flávio Duffles; 7) a coordenadora de Direitos da Pessoa Idosa, Maria Fontana Maia; 8) a secretária municipal adjunta de Direitos da Cidadania, Sílvia Helena Rocha Rabelo; 9) o secretário municipal de Esporte e Lazer, Bruno Miranda; 10) o secretário municipal

A handwritten signature in black ink, located at the bottom right of the page.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

adjunto de Lazer, Roberto Tross; 11) a coordenadora de Direitos Humanos da Prefeitura de Belo Horizonte - PBH, Luciana Crepaldi. O presidente registrou a presença do vereador Pedro Patrus e passou a palavra a Thiago Greco para sua apresentação sobre o tema objeto desta reunião. Thiago Greco explicou aos presentes como consultar os documentos referentes ao PPAG e à Lei Orçamentária Anual - LOA - no portal da PBH. Ressaltou a importância de todos planejarem juntos os próximos quatro anos do Município. Destacou o trabalho de análise dessa documentação realizado pela Organização Não Governamental - ONG - Movimento Nossa BH, que, segundo ele, contribuiu para o aperfeiçoamento dos projetos e maior participação popular na definição dos rumos da cidade. Com a palavra, Gláucia Brandão apresentou, via *power point*, o planejamento na área de resultados “Cidade de Todos”, mostrando números relativos à situação atual, que apontam avanços no atendimento das demandas dos segmentos mais vulneráveis da população e expôs as ações e políticas públicas previstas para o setor nos próximos quatro anos, voltadas à promoção da cidadania e proteção social, além da previsão de investimentos nos projetos sustentadores e seus respectivos programas e metas. Segundo a secretária, receberão os recursos previstos, da ordem de R\$1,9 bilhão, para o período de 2014-2017, contra R\$1 bilhão do período 2010-2013, os seguintes projetos sustentadores: “Promoção do Esporte e Lazer”, que visa a universalizar o acesso ao esporte e ao lazer; “Direito de Todos”, que visa a promover a inclusão produtiva, social e cultural de segmentos historicamente excluídos; o “Programa de Atendimento ao Idoso”; e o “BH Cidadania e o SUAS - Sistema Único de Assistência Social”, que garante o acesso aos serviços básicos das políticas públicas municipais em todas as regiões de Belo Horizonte, com vistas à proteção social e à garantia de direitos das pessoas em situação de vulnerabilidade social. Observou que entre as principais metas estão duas novas unidades de acolhimento institucional para a população em situação de rua; Viaduto Santa Tereza requalificado;

A handwritten signature in black ink, located at the bottom right of the page.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Programa Cuidado Especial, para atendimento ao deficiente; Centro Dia - Centro de Referência para Pessoa com Deficiência; Projeto “Família Cidadã: BH sem Miséria” ampliado de 700 para 3.000 famílias; Projeto Cuidador ampliado para 800 pessoas idosas; agenda cultural e de passeios para pessoa idosa de Instituição de Longa Permanência de Idosos - ILPIs - conveniadas com a PBH; Projeto Vida Ativa ampliado para 40 núcleos (hoje são 31); Restaurante Popular São Gabriel; Centro de Referência da Juventude até 2014; oito equipamentos esportivos revitalizados através de parcerias; *kit* de literatura afrobrasileira voltado para os alunos da educação infantil; Projeto “Educação para a Diversidade”, possibilitando a formação de 700 professores e gestores da Rede Municipal de Ensino - RME; atendimento ampliado às mulheres vítimas de violência. Registrou-se a presença dos vereadores Sérgio Fernando Pinho Tavares, Wellington Bessa-Sapão e Jorge Santos. Gláucia Brandão salientou que entre os valores previstos para o PPAG 2014-2017, 79,3% são recursos próprios da PBH e 20,7% são oriundos de repasses e empréstimos. Colocou-se à disposição para as informações que os presentes julgassem necessárias. Foram convidados a tomar assento à mesa: 1) o secretário municipal da Saúde, Marcelo Gouvea Teixeira; 2) o promotor de justiça da Infância e Juventude Cível, Celso Penna Fernandes Júnior; 3) a promotora de justiça da Infância e Juventude Cível, Maria de Lurdes Rodrigues Santa Gema. Com a palavra, Marcelo Teixeira apresentou, via *power point*, os avanços obtidos, as metas a serem alcançadas e a previsão de gastos de R\$17,5 bilhões, 105% acima do último quadriênio, na área de resultados “Cidade Saudável”, por meio de cinco projetos sustentadores: “Recomeço”, voltado a usuários drogas; “Gestão e Regionalização da Saúde”, que visa aumentar a efetividade e priorizar as ações de saúde no Município considerando as desigualdades locais; “Melhoria do Atendimento Hospitalar Especializado”; conclusão do “Hospital Metropolitano”; e “Saúde da Família”. Salientou que os indicadores mostram que houve redução da taxa de mortalidade infantil.

A handwritten signature in black ink, located in the bottom right corner of the page.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Frisou que, em relação à porcentagem de consultas especializadas agendadas em até 60 dias, que atualmente está em 63,9%, a meta é chegar a 73% até o fim do quadriênio. Destacou que as principais metas são: construção, até 2016, de mais 19 centros de saúde e substituição de 61 por novas unidades; chegar ao número de 100 academias da cidade até 2016, sendo que hoje são 63; Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro funcionando até 2014; tratamento do tabagismo expandido para todos os centros de saúde; 78 novas Equipes de Saúde Bucal implantadas, totalizando 385; Disque Saúde Criança implantado; sete novas Upas, sendo três novas unidades e quatro substituições; novas maternidades: Maternidade Venda Nova e do Hospital Odilon Behrens; 100% dos medicamentos da “Relação Municipal de Medicamentos” disponibilizados nos centros de saúde; quatro novos Cersam-AD - dois para adultos e dois para adolescentes, totalizando sete até 2016; Consultórios de Rua ampliados de quatro para onze; três Creas Móveis em funcionamento; duas Unidades de Acolhimento tipo residencial para adultos usuários de drogas em tratamento e em situação de vulnerabilidade social. Em relação aos valores previstos, apontou que 30,1% são recursos próprios da PBH, 5% são de parcerias público-privadas (contraprestações e aportes) e 64,9 % são repasses e empréstimos. Questionado, explicou que houve atraso na construção do Hospital do Barreiro, tendo em vista que uma das empresas responsáveis faliu em 2011, abandonando as obras, o que atrasou o cronograma. Informou que a PBH já fez nova licitação e que novo contrato foi assinado com o Consórcio Novo Metropolitano. Afirmou que a previsão de finalização do hospital é para o próximo ano. Registrou-se a presença do vereador Adriano Ventura, membro dessa comissão, que tomou assento à mesa. Com a palavra, o vereador Gilson Reis questionou o investimento de menos de 3% do orçamento municipal na área de assistência social, considerando insuficiente diante do índice de 6,5% de cidadãos abaixo da linha da pobreza e das muitas demandas sociais que existem no Município. O parlamentar considerou as metas “acanhadas”,



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

criticou a falta de políticas efetivas de combate à dengue e a transferência de recursos da saúde para o setor privado através das PPPs. Questionou o compromisso do poder municipal com as políticas públicas, uma vez que, dos 14 programas previstos na área de resultados “Cidade de Todos”, apenas quatro são sustentadores. Observou que se observa uma situação de caos na saúde pública de Belo Horizonte. O vereador Pedro Patrus criticou a elaboração do plano, que não teria levado em conta as demandas da população e nem as deliberações de conferências e conselhos municipais. Sugeriu modificação no formato do PPAG e da LOA que são encaminhados para esta Casa, promovendo-se maior detalhamento dos valores previstos para cada uma das subações e aperfeiçoando-se a transparência e o controle social sobre os atos da administração. Disse que as metas seriam insuficientes e até mesmo “vergonhosas”, como no caso da população de rua. Frisou que a expansão da bolsa moradia não foi prevista no PPAG. Observou que há falta de equipe de saúde para abordagem primária. Lembrou que há excedente de aprovados no último concurso público realizado pela PBH, mas que ninguém ainda foi chamado. Perguntou se haveria previsão de outro concurso público. Comentou que a rede de defesa das crianças e adolescentes cobra há muito tempo a criação de um centro integrado onde funcionaria uma vara especializada. Perguntou se a previsão de criação de duas varas, conforme consta no PPAG, seria o entendimento correto. Cobrou a criação de mais conselhos tutelares, conforme prevê deliberação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - Conanda, que prevê a existência de 1 conselho para cada 100 mil habitantes. Salientou que houve fechamento do restaurante popular situado na área hospitalar para reforma, com promessa de reabertura, mas que não identificou essa previsão orçamentária no PPAG. Defendeu que deveria haver um restaurante popular por regional. Disse que falta investimento nas políticas públicas em Belo Horizonte. O presidente passou a palavra ao público presente. Antes, porém, o vereador Jorge Santos perguntou o que justificaria, de modo

A handwritten signature in black ink, located at the bottom right corner of the page.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

geral, o baixo investimento previsto para as áreas de cultura, assistência social, segurança e o alto investimento para as obras de informatização na maioria dos programas. O vereador Adriano Ventura cobrou maior transparência, em termos quantitativos, do PPAG. Questionou onde estaria no PPAG a previsão orçamentária para o Hospital Metropolitano do Barreiro. Questionou a pertinência e a possibilidade de obtenção de resultados satisfatórios com a contratação de Parcerias Público-Privadas - PPPs. Para ele, a PPP já nasce morta. Afirmou que a PPP na área da Saúde tem recebido várias críticas. Cobrou atenção especial aos excluídos, como mendigos, usuários de drogas, índios e *hippies* que sobrevivem nas ruas da cidade e que, segundo ele, também são cidadãos. Denunciou que têm havido vários atentados à vida humana no Município. Gláucia Barros criticou o pouco tempo que teria para discutir e apresentar críticas e sugestões ao PPAG. Ressaltou que o Movimento Nossa BH opera com voluntários, que estão fazendo a análise do PPAG e da LOA a partir das audiências públicas realizadas. Defendeu a integração dos instrumentos de planejamento, além de maior abertura e transparência, o aperfeiçoamento dos indicadores de eficácia das políticas públicas e maior detalhamento das ações e subações a serem implementadas. Em relação à apresentação dos indicadores, disse que houve dificuldade para entender em que essas ações respondem às demandas. Por exemplo, perguntou ela, quantos atendimentos serão feitos pelos Cersams e qual a demanda de Belo Horizonte. Nos dados, segundo ela, só foi informado o número de Cersams que serão implantados. Na área da saúde, frisou que no PPAG houve muita agregação de ações. Informou que o Movimento disponibilizou em seu *site* os relatórios sobre o PPAG e a LOA, com avaliações sobre a correspondência entre os resultados delimitados e as ações desenvolvidas para alcançá-los; os indicadores e metas com os indicadores do Movimento Nossa BH, as propostas do programa de campanha do prefeito e com o Plano de metas. Questionou quais seriam as melhorias previstas no que diz respeito à intervenção urbana, à

A handwritten signature in black ink, located at the bottom right of the page.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

redução da miséria e às pessoas com deficiência. Falou que a análise completa estaria no *site*. O presidente do Conselho Municipal de Saúde, Ederson Alves da Silva, demonstrou preocupação com as PPPs, já que a prestação de serviços em saúde não deveria visar ao lucro. Frisou que os recursos destinados à Saúde estão ficando nas mãos da iniciativa privada. Ressaltou que a obra da maternidade de Venda Nova está parada. Cobrou compromisso do secretário municipal de Saúde no sentido de que, caso esta obra não seja concluída pela iniciativa privada, que assim o seja com recursos públicos. Celso Pena Fernandes fez questionamentos a Gláucia Brandão relativos ao serviço de acolhimento em república para jovem, aos acolhimentos institucionais de pessoas com deficiência e sobre a implantação do Bolsa Auxílio (subação 20). Em seguida, apresentou e entregou à comissão quatro emendas referentes a programas de acolhimentos e inclusão de crianças e jovens. A presidente da Associação dos Povos de Belo Horizonte e Região Metropolitana, Marinalva Maria de Jesus, informou que representa a população indígena e que Belo Horizonte possui cerca de 4 mil indígenas. Segundo ela, boa parte deles está no crime. Questionou o que fazer para solucionar esse problema, pois medidas sócio-educativas e prisão não resolvem. Disse que entregou sugestões ao vereador Henrique Braga. Pediu a contribuição de todos no sentido de apoiarem qualquer questão que possa ajudar os indígenas, que, afirmou ela, estão vivendo abaixo da linha de pobreza. A conselheira da assistência social e transporte e moradora da Região Oeste, Maria Aparecida Bayão, ressaltou estar decepcionada com a situação da Saúde em Belo Horizonte. Frisou que há muitas mentiras por parte dos governantes e que “os postos de saúde fazem dó”. Disse que há coletas de sangue em postos de saúde atingidos por mofo, propiciando risco de contaminação do material. Salientou que, em relação às PPPs, a proposta foi a de não deixar que a iniciativa privada gerenciasse as unidades de saúde. Segundo ela, a iniciativa privada entraria apenas para qualificar, construir e manter a estrutura física, o que não está

A handwritten signature in black ink, located at the bottom right corner of the page.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ocorrendo. Em relação à assistência social, afirmou que o dinheiro destinado é pouco. Lembrou que a família, a criança e o adolescente “estão jogados”. Destacou que a PBH tem condições de aumentar os recursos para a assistência social e que o Estado também pode contribuir com mais. Comentou que a verba destinada ao trabalho com menores de rua e com os drogadiços é pouca. Em relação à terceira idade, defendeu que esta não necessita apenas de festas e bailes, mas de qualidade de vida, de saúde, uma boa estrutura física e uma boa mente. A diretora do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Belo Horizonte - Sindibel, Cleide Donata de Oliveira, frisou ser contra as PPPs. Lembrou que qualquer empresa privada visa ao lucro e que o serviço público não deve funcionar por meio de PPP, em especial a Saúde. Salientou que nos últimos PPAGs o índice de gastos com o funcionalismo da Saúde e da Assistência Social vêm reduzindo substancialmente, em especial nos últimos quatro anos. A representante do Movimento Mineiro pelos Direitos Animais, Adriana Cristina Araújo, denunciou que os animais estão sendo ignorados pelo poder público. Cobrou investimentos nas questões relativas aos animais, como construção de centros de castração gratuita de cães e gatos. Lembrou que a *leishmaniose* está ultrapassando a dengue em termos proporcionais. Cobrou solução para a situação das capivaras que habitam a região da Lagoa da Pampulha, pois são hospedeiras do carrapato estrela, causador da febre maculosa. Frisou que não se deve apenas matá-las. Defendeu atenção à questão dos carroceiros, pois falta assistência social a eles. cobrou investimentos para a melhoria da qualidade de vida dos carroceiros. Sugeriu que, nesse sentido, haja transição do trabalho de carroceiro para a tração mecanizada, o que evitaria a exploração de animais. Convidou todos para participarem da reunião do PPAG, dia 21/10/13, quando o tema afeto à questão dos carroceiros, dos animais e do meio ambiente seria tratado nas discussões sobre “Prosperidade e Cidade Sustentável”. O presidente informou que toda a sociedade poderia participar dos projetos de lei do PPAG e da LOA por meio de sugestão de

A handwritten signature in black ink, located in the bottom right corner of the page.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

emenda. Frisou que essa comissão fará a análise das sugestões e transformará em emendas de sua autoria aquelas que considerar pertinentes. As sugestões, disse ele, podem ser apresentadas até o dia 23/10/13, por meio de formulário eletrônico disponível no *site* desta Casa ou por protocolo na Diretoria do Processo Legislativo, em formulário físico que também se encontra disponível no *site*. Lembrou que o formulário de sugestão também pode ser obtido com o pessoal do cerimonial desta Casa. O educador do Movimento Nossa BH Nemer Sanches solicitou que, para as próximas audiências sobre o PPAG, seja viabilizada uma apresentação mais clara de indicadores, valores investidos e metas quantitativas e qualitativas dos programas e políticas da administração municipal. Sugeriu que essa comissão realize um seminário sobre cada uma das políticas públicas. A representante do Conselho Municipal do Idoso, Conceição, perguntou qual seria a origem do dinheiro destinado ao voluntariado, principalmente no que se refere aos hospitais de filantropia. O fisioterapeuta Tiago solicitou esclarecimentos sobre os fisioterapeutas aprovados no último concurso da PBH, em 2011, mas que ainda não foram convocados. Observou que o prazo expira no próximo ano. Elogiou e agradeceu o curso oferecido pela Escola de Administração Fazendária sobre o orçamento público. O vereador Wellington Bessa-Sapão informou que a PPP foi aprovada no Conselho Municipal de Saúde por todos os presentes. Desejou que a PPP faça a diferença. Comentou que a PBH tem trabalhado muito no combate à dengue, mas que a população também tem que ajudar, pois tem parcela de culpa pelo aumento do índice de dengue no Município. Defendeu investimentos na conscientização da população. Em relação ao Hospital Metropolitano do Barreiro, frisou que “a PBH não tem estrela para saber qual empresa quebrará”. Ressaltou que a gestão da área de Saúde pelo prefeito Marcio Araujo de Lacerda está sendo muito boa. Salientou que os Centros de Referência em Assistência Social precisam realmente de mais investimentos. Bruno Miranda observou que as PPPs relacionados aos campos de futebol seguem um modelo

A handwritten signature in black ink, located in the bottom right corner of the page.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

diferenciado de PPP. Destacou que os recursos seriam captados pelas empresas e alocados em espaços de campos de futebol, para implantação de projetos esportivos. Gláucia Brandão disse que responderia às questões apresentadas de forma mais ampla. Observou que há intenção de universalizar o atendimento às crianças nas Unidades Municipais de Educação Infantil - Umeis. Frisou que a assistência social deve ser pensada de forma mais ampla, como uma política intersetorial, com objetivo de garantir os direitos efetivos e fundamentais de toda a população. Concordou que o investimento na assistência social é insuficiente, mas lembrou que não há contrapartida dos governos estadual e federal. Às 21h15min, o presidente prorrogou a reunião por mais 30 minutos. Gláucia Brandão disse ser um grande desafio reinserir, com dignidade, a população de rua no convívio social. Citou o número de vagas em albergues e abrigos que serão criadas e observou que se trata de uma experiência inédita. Lembrou que há necessidade de investimentos em qualificação profissional dessas pessoas e que o acolhimento tem um custo alto, necessitando de investimentos nessa área. Discordou das críticas quanto à falta de transparência do PPAG. Comentou que o PPAG foi amplamente discutido e acertado nas conferências e conselhos municipais e que Belo Horizonte é a cidade onde o projeto é apresentado com o maior nível de detalhamento. Observou que foi acatado tudo o que foi proposto pelo Conselho Municipal da Criança e do Adolescente. Informou que a PBH realizará novos concursos que abrangerão diferentes formações e diferentes profissionais. Afirmou que será criado o Centro de Proteção Integrada à Vara Especial. Segundo ela, ainda se busca a melhor forma de executar esse projeto, pois não se sabe se vai se dar via promotoria, via sudacap ou outro. Frisou que ainda está havendo discussão, mas que a idéia é que esteja pronto em junho. Respondeu que será apenas um centro. Comentou que há a intenção de aumentar o número de conselhos regionais, mas que os atuais conselheiros estão passando por programas de qualificação. Em relação ao restaurante popular da área hospitalar em reforma, afirmou que

A handwritten signature in black ink, located in the bottom right corner of the page.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

a previsão de funcionamento é para o próximo ano. Concordou que o investimento na área da Saúde é baixo, mas que há previsão de melhoria para os próximos anos. Em relação às unidades orçamentárias, salientou ser preciso conhecer melhor a população de rua, o perfil quantitativo, para traçar políticas nessa área. Em relação ao serviço de acolhimento, falou que há 10 vagas para meninos e 10 para meninas. Para o acolhimento de pessoas com deficiência, disse que seriam duas neste ano e duas para o ano que vem, mas é algo que ainda está em estudo. Em relação à bolsa auxílio para família acolhedora, frisou que também está em estudo, mas sob a perspectiva de que a própria família fique com o filho. Marcelo Teixeira ressaltou que a atual gestão assume o compromisso com a participação popular. Afirmou não ter conhecimento de outro PPAG que tenha o nível de detalhamento do de Belo Horizonte, e nem o mesmo incentivo à participação e ao debate público. Segundo ele, essa gestão tem uma profunda convicção democrática. Comentou que Belo Horizonte divulga semanalmente o número de casos de dengue, por regional, com suas ações previstas. Falou que 80% dos focos e criadouros de Belo Horizonte estão em casas habitadas. Observou que o governo federal, neste ano, não divulga, há mais de três meses, a consolidação dos dados relativos aos casos de dengue. Alertou que o País vai viver neste ano a maior epidemia da história. Informou que a epidemia de dengue este ano está vinculada ao vírus tipo 4, que não transitava em Belo Horizonte. Disse que a Saúde não está em caos, haja vista o índice de aprovação das pessoas que efetivamente foram atendidas, conforme consta nos dados apresentados. Observou que metade dos atendimentos hospitalares são de pessoas não residentes em Belo Horizonte. Informou que mortalidade infantil é avaliada de zero a um ano de idade. Segundo ele, o maior componente dentro da mortalidade infantil é o neonatal precoce (entre os sete primeiros dias de vida). Salientou que a qualidade do pré-natal e da assistência à gestante em Belo Horizonte melhorou significativamente, a ponto de algumas gestações graves passarem a ser viáveis.

A handwritten signature in black ink, located in the bottom right corner of the page.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Disse que houve ampliação das unidades de tratamento intensivo neonatal. Em relação ao Hospital Metropolitano do Barreiro, comentou que o atraso das obras não tem a ver com PPP. Lembrou que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - não financia a saúde pública, mas financia iniciativa privada, como a Unimed. Garantiu que não haverá transferência de recursos ou de patrimônio público ao parceiro privado, que ficará encarregado apenas da construção e da manutenção estrutural das unidades, cabendo ao ente público a gestão e as atividades-fim. Salientou que a taxa de incidência de *leishmaniose*, de 2000 para cá, vem caindo significativamente. Informou que os centros de castração de animais estão sendo ampliados e que são realizadas feiras de adoção. Defendeu debate em relação aos cães da raça pitbul, visando ao controle dessa raça, mas não o seu extermínio e a negação de sua ressocialização. O presidente convidou a todos para a próxima audiência no dia 15/10/13 e agradeceu a presença. Nada mais havendo a ser tratado, às vinte e uma horas e cinquenta minutos, o presidente declarou encerrados os trabalhos. Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada pelo presidente da reunião em que for comunicada sua aprovação, conforme previsão regimental, ou pelo presidente desta reunião.

Presidente: 

